
Lima Barreto and the dichotomies of the Republic of Brazil.

Lima Barreto e as dicotomias do Brasil República

Received: 08-07-2024 | Accepted: 10-08-2024 | Published: 14-08-2024

Andreas Rodrigo Schenkel

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-7309-0842>

Universidade Feevale, Brasil

E-mail: andreas.schenkel1976@gmail.com

Cristina Ennes da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3074-7178>

Universidade Feevale, Brasil

E-mail: crisennes@feevale.br

Daniel Conte

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4251-3299>

Universidade Feevale, Brasil

E-mail: danielconte@feevale.br

ABSTRACT

This article focuses on the representations of the Republic of Brazil (1889-1920) as constructed by intellectuals in the field of Humanities and the writer Lima Barreto in his work *Os Bruzundangas*. The study aims to analyze the influence of theoretical constructions by Brazilian social scientists and literature in shaping elements that contribute to the formation of national culture and identity, particularly in relation to social and political dynamics and cultural expressions. The theoretical framework draws upon the works of Raymundo Faoro, Renato Ortiz, Roberto da Matta, Roberto Schwarz, and Florestan Fernandes. The insights of these authors regarding the defined historical context will be examined in conjunction with Lima Barreto's chronicles compiled in *Os Bruzundangas*. By exploring these intersections, the article seeks to analyze the contributions of these intellectuals and the literary author in solidifying elements of national culture through shared representations found in these texts, thereby creating enduring collective imaginaries within Brazilian society that contribute to the formation of its identity.

Keywords: Culture; Identity; Representation; Social Sciences; Literature.

RESUMO

O objeto deste artigo são representações do Brasil República (1889-1920) construídas por intelectuais da área das Ciências Humanas e pelo escritor Lima Barreto, através da obra *Os Bruzundangas*. O objetivo do estudo é a análise da influência das construções teóricas dos cientistas sociais brasileiros e da literatura no processo de estruturação de elementos que contribuem para a formação da cultura e da identidade nacional com ênfase nas relações sociais, políticas e nas expressões culturais. O aporte teórico é constituído por estudos de Raymundo Faoro, Renato Ortiz, Roberto da Matta, Roberto Schwarz e Florestan Fernandes. As reflexões desses autores sobre o contexto delimitado serão relacionadas com aspectos das crônicas de Lima Barreto reunidas em *Os Bruzundangas*. A partir desse cruzamento, pretende-se analisar como os pensadores e o autor literário corroboraram para a cristalização de elementos da cultura nacional a partir de representações comuns inseridas nesses textos, que criam imaginários que permanecem atuantes entre a sociedade brasileira e auxiliam na estruturação de sua identidade.

Palavras-chave: Cultura; Identidade; Representação; Ciências Sociais; Literatura.

INTRODUÇÃO

Este estudo debruça-se sobre as representações do Brasil Republicano, do período de transição do final do século XIX ao início do século XX, mais precisamente, de 1889 a 1920. Defende-se, nessa ordem, que a compreensão do processo de construção dessas representações seja fundamental para entender elementos que marcam a cultura brasileira e suas manifestações. Assim, o objetivo pauta-se na análise do papel dos intelectuais na constituição de uma identidade brasileira, estruturada a partir das representações e da cristalização de imaginários, contribuindo para a construção de uma cultura nacional. Para tanto, analisar-se-ão estudos desenvolvidos por pensadores como Raymundo Faoro (2004), Renato Ortiz (2006), Roberto da Matta (1997), Roberto Schwarz (1992) e Florestan Fernandes (1972), relacionando-os com as crônicas de Lima Barreto (1922) reunidas em *Os Bruzundangas*. A partir dessa permeabilidade, pretende-se compreender como os pensadores e o cronista corroboraram para a construção de uma cultura nacional a partir dos elementos comuns inseridos em suas materialidades, gestando imaginários que têm uma circulação permanente na sociedade brasileira e auxiliam na estruturação de sua identidade.

Na primeira seção, são estudadas as construções dos teóricos sobre o Brasil, alinhando as suas percepções a respeito das contradições sociais, das práticas políticas, das regras que permeavam a economia e dos elementos que definiam a produção cultural. Delineia-se, na sequência, o contexto de produção de *Os Bruzundangas* com o intuito de identificar quais eram as representações características do Brasil, de Lima Barreto, à época, e como o autor se inseria nessa conjuntura. Por fim, a obra é analisada a partir dessas contribuições, com o intuito de determinar elementos comuns dessas representações do Brasil e como elas contribuíram para a formação de imaginários constitutivos da identidade e da cultura brasileira. Para tanto, realizou-se uma pesquisa básica bibliográfica dos estudos teórico-críticos dos autores referidos, além da análise dialógica da ficção de Barreto.

O BRASIL: COM A VOZ, OS INTELECTUAIS

O sociólogo Renato Ortiz (2006) sustenta que não há uma identidade e uma cultura essencial do Brasil. Essas dimensões do humano seriam, desde seu olhar, resultantes de construções simbólicas realizadas a partir do estabelecimento de relações

de poder permeadas pela ação dos intelectuais, do Estado, dos representantes da sociedade civil, das instâncias produtoras de bens de natureza cultural e das instituições sociais. Tais esferas estariam reunidas com o objetivo de se fixarem construções discursivas totalizantes de imagens da população brasileira, que atenderiam a interesses histórico, social e politicamente determinados. Na obra *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*, especificamente no capítulo “Memória Coletiva e Sincretismo Científico”, o autor traz à tona a pregnância do racismo nas obras que visavam à interpretação do que era ser brasileiro no século XIX e início do XX.

A cultura brasileira, observando-se que ainda não se utilizava tal conceito com a conotação que seria estabelecida a partir da década de 1930, em suas primeiras tentativas de definição, recebeu a marca de autores como Euclides da Cunha, Sílvio Romero e Nina Rodrigues. Influenciados pelo paradigma teórico do darwinismo social de Spencer e do positivismo de Auguste Comte, esses pensadores produziram representações do povo brasileiro a partir de um escopo de subalternidade em uma escala evolutiva de civilizações, apoiando-se em teorias sociais do Cientificismo europeu e em suas correntes estético-filosóficas. Tais teorias intentavam estabelecer leis gerais que determinariam o percurso dos povos até chegar ao patamar de desenvolvimento civilizacional alcançado pelas nações “avançadas”. Para os intelectuais brasileiros do período, era, portanto, necessário explicar quais eram as razões do retardo do país no quadro geral de evolução das nações do mundo.

De maneira a equacionar a especificidade brasileira, esses autores criaram esquemas explicativos que levavam em conta a relação entre determinismo geográfico e o contexto social marcado pela miscigenação, os quais seriam os elementos responsáveis pelo atraso socioeconômico do Brasil. Utilizando-se de argumentos teóricos baseados em autores como Gobineau e Agassiz, Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha ressaltaram a “inferioridade” do tipo médio brasileiro, resultante da mistura de raças, em relação aos povos mais “evoluídos”.

A partir das obras de tais pensadores, estabeleceu-se uma narrativa conformadora do mito fundacional da nação resultante da fusão das três raças: o branco, o indígena e o negro. Ao primeiro, caberia o papel preponderante de ser o responsável por alçar o Brasil a uma posição mais bem colocada no percurso da civilização. O mestiço, nesse espectro teórico, era considerado o contrapeso negativo, que deveria ser eliminado. A ele, eram atribuídos os estereótipos de “fraqueza social”, inferioridade intelectual e moral, além da indolência e da marginalidade essencial. Esses fatores, que imporiam uma debilidade ao

brasileiro, deveriam ser extintos por meio do recurso da imigração, que promoveria o gradual branqueamento da população.

Faz-se importante, ainda, registrar o argumento de Ortiz (2006) quando assevera que os pensadores nacionais, a partir da realidade interna, realizariam escolhas teóricas para interpretá-las à luz do contexto econômico, social e das relações de poder contemporâneas às suas produções intelectuais. Processava-se uma prática de incorporação de teorias que seriam adaptadas às necessidades imperativas peculiares do processo civilizatório brasileiro. Havia, dessa forma, uma relação intrínseca dos pensadores nacionais com o Estado, que o autor denomina como uma prática de sincretismo intelectual.

Já na obra *Ao vencedor as batatas*, Roberto Schwarz (1992, p. 45) defende que no Brasil “as ideias estão fora do lugar”, observando que é comum a importação de teorias e formas literárias (principalmente europeias) e sua aplicação realizada fora de contexto. São, portanto, desfiguradas, pois estão organicamente relacionadas a formações sociais, políticas, econômicas, históricas e culturais próprias. No Brasil, o resultado é uma adaptação mal resolvida dessas ideias à realidade local; esse argumento relaciona-se à permanência de uma espécie de subserviência intelectual, imbuída de um espírito de perpetuação dos laços de uma colonização intelectual em relação à Europa.

Entre os principais problemas das obras literárias do século XIX, está a forma ambígua como se desenvolviam as relações sociais entre os sujeitos livres no país, em uma situação marcada pela lógica imposta pelo cenário da escravidão e pelas performances patriarcais. Os conflitos sociais seriam colocados sob uma cortina de fumaça, a fim de não serem evidenciados. Nesse aspecto, a parcela livre da sociedade seria regida pela “lógica do favor”, conceito ao qual se fará referência adiante. Isso ocasionaria uma falsa impressão de igualdade entre os grupos sociais que formavam a elite brasileira e aqueles que viviam em uma situação ambígua, ora às margens do latifúndio, ora incorporados a ele.

O princípio do favor seria um expediente utilizado para a manutenção da ordem social e para a criação de uma espécie de um aparente estatuto jurídico consuetudinário no momento em que o Estado e a estrutura jurídica nacional não possuíam, ainda, contornos muito bem definidos. A crítica de Schwarz (1992), nessa ordem, dirige-se aos autores de ficção que, na condição de representantes dos grupos sociais hegemônicos, contribuiriam, com suas obras, como produtos culturais para manter esse estado de dominação. A crítica dirige-se, também, à adoção, pelas elites, do discurso liberal. Nesse

aspecto, imperava uma situação peculiar, em que as relações da elite com os homens livres dependentes eram baseadas em relações paternalistas, personalistas e de clientelismo, incongruentes à preconização do liberalismo econômico e político.

Retornando aos argumentos da obra, Schwarz (1992) defende que o discurso liberal se presta a obscurecer os conflitos sociais e impedir que se percebam os verdadeiros motivos da exclusão social, resultantes da apropriação indevida das riquezas e da instauração de privilégios. Paralelamente, ocorreu um processo de naturalização de uma visão negativa do Brasil e dos brasileiros, em oposição aos valores positivos da Europa e dos Estados Unidos, disseminando-se uma lógica de raciocínio maniqueísta, que possui como cerne a representação idealizada do brasileiro como atrasado, corrupto, inferior, relacionado a uma lógica do corpo, em oposição ao espírito racionalista e empreendedor.

O tema das relações sociais conflituosas no Brasil é objeto, também, das obras de Florestan Fernandes (1972). Em seu escrito *O negro no mundo dos brancos*, o autor reflete sobre como foram mantidas as assimetrias sociais entre a população branca, negra e mestiça em São Paulo, após o fim oficial da escravidão e do estabelecimento das relações de trabalho capitalistas em substituição ao regime servil. O sociólogo se preocupou em estabelecer as razões da manutenção das relações de poder assimétricas entre esses grupos sociais e compreender o papel do negro na sociedade brasileira naquele período. Conforme Fernandes, os elementos da ordem social escravocrata eram condenados no plano ideal, mas pouco se realizou no plano da ação concreta para superá-los. Decorreu, dessa postura, uma confusa combinação de atitudes e verbalizações ideais que não iam ao encontro de disposições efetivas de atuação social. O preconceito de cor era condenado, enunciado como um mal em si mesmo, que estigmatizava quem o praticava, continuando a ter ação sobre suas vítimas. A discriminação e o preconceito, todavia, permaneceram inalterados, desde que suas manifestações fossem encobertas ou dissimuladas, de forma que o passado fosse esquecido e os conflitos raciais se resolvessem por si mesmos.

Florestan Fernandes (1972) afirma, nesse sentido, que a representação da ideia da democracia racial no Brasil foi sendo edificada desde o período colonial, a partir do processo da inclusão de mestiços no núcleo legal da família patriarcal, isto é, como um mecanismo de ajuste ao movimento de ascensão social do “mulato”. A miscigenação, efeito indireto da escravidão, ocasionou uma espécie de mobilidade social vertical por absorção, gerando uma certa elasticidade na composição social dos grupos dominantes

no Brasil. Esse processo garantia o controle da ascensão social de indivíduos negros ou mestiços por meio da incorporação e adoção dos valores sociais dos brancos, sendo criada a representação do imaginário do “negro de alma branca” ou, ainda, o estereótipo da imagem do “negro leal” (Fernandes, 1972, p. 28), alinhado à ordem social existente. Para o negro ou mestiço, sua aceitação e seu sucesso eram ajustados à sua capacidade de agir, conforme o modelo do branco. Já o seu fracasso residia na incapacidade de se igualar ao segundo, fato impossível de se concretizar.

A partir dessa matriz imaginária, a “democracia racial” definiu-se como o construto teórico que garantiria a solução idealizada para a superação sem contratempos do problema racial no país. Este, com o tempo, seria naturalmente eliminado. Ao negro, portanto, foi concedida a liberdade e o direito de tornar-se igual ao branco, recaindo sobre si próprio a total responsabilidade de atingir esse ideal ou de fracassar nesse movimento. Sob a pretensa democracia racial, foram mantidas a indiferença e a falta de solidariedade com um número enorme de pessoas da sociedade brasileira que não possuíam condições para enfrentar as mudanças produzidas pela introdução das relações de trabalho livre e da competição econômica no mercado de trabalho. No extremo oposto, a visão positiva dos imigrantes como industriais preteriu o negro, que se viu relegado às piores atividades remuneradas, o que degradava o trabalho e o sujeito-negro desamparado por uma história violenta e por uma perversa política de Estado.

Já as atenções de Roberto da Matta se voltam a uma interpretação sociológica do ritual “sabe com quem está falando?”. Consoante o sociólogo, na institucionalização dessa prática social, ocorre a demarcação de uma relação de separação e de autoritarismo em seu contexto de uso, a fim de determinar claramente duas posições sociais. O uso da fórmula está, contudo, intrínseco à imagem de ser brasileiro, pois revela preconceitos que são, hipocritamente, mascarados nas representações oficiais da identidade nacional. São mascarados porque existe um consenso de que cada um deve saber se colocar no seu devido lugar. O “sabe com quem está falando?” coloca-se ao lado do desejo velado de hierarquização social, que se contrapõe às representações da cordialidade, do jeitinho e da malandragem. No entanto, trata-se de uma questão estruturada como instituição cultural (DaMatta, 1997, p. 181-182) e produtora de efeitos de sentido operacional da sociedade brasileira.

O autoritarismo embutido na referida expressão indica um contexto de embates que se choca com a contrariedade de se lidar com tais conflitos. Isso faz com que problemas sociais sejam preferivelmente ignorados, pois, do contrário, tornam-se

indicativos de mudanças que ameaçam as instituições sociais conservadoras, inclusive para não desnudar aspectos que são considerados fraquezas de nossa sociedade. “Nesse quadro, o conflito não pode ser visto como um sintoma de crise no sistema, mas como uma revolta que deve e precisa ser reprimida. Como crise, o esforço seria para modificar toda a teia de relações implicadas na estrutura, mas, como revolta, o conflito é pessoalmente circunscrito, e assim resolvido” (DaMatta, 1997, p. 185).

No Brasil, nessa ordem, forma-se uma sociedade que valoriza alguns de seus traços constituintes e os elege como meios para a construção de sua representação, enquanto nega peremptoriamente outros para se escusar de enfrentá-los. O “sabe com quem está falando?” remete a situações em que a posição assimétrica na relação seja perfeitamente demarcada, no intuito de corrigir desvios do subalterno que não se enquadrem na regra de etiqueta social. A prática torna-se complementar entre os demais grupos sociais. Como que por osmose, a projeção do status passa a um inferior por familiaridade e este a usa para se diferenciar daqueles que são pretensamente iguais. “É evidente que isso indica as perplexidades de uma estrutura social em que a hierarquia parece estar baseada em intimidade social” (DaMatta, 1997, p. 192). Esse mecanismo impede que seja estabelecida uma ordem social sustentada em parâmetros econômicos, capitalistas, impessoais e igualitários, sendo marcada pela personalidade e por uma moralidade conservadora, pelo favor e pelo respeito, a partir de generalizações éticas e estéticas que demarcam de forma implícita as hierarquias. O rito permite um sistema de diferenciação interna, entre iguais, a partir do status projetado pela esfera de relações sociais (por exemplo, empregados de patrões diferentes). Há, assim, o nivelamento em um plano e a hierarquização em outro, definindo posições sociais à margem das relações econômicas e legais.

Dessa forma, parte da sociedade brasileira age como se o cumprimento da lei fosse uma punição, pois submeter-se a ela teria como resultado a despersonalização, bem como ser jogado na vala comum social e igualdade ao restante. Isso ocorre, pois a identidade que surge do conflito oriundo do desrespeito à lei acaba por permitir hierarquizações, sendo o outro – não identificado – obrigado a submeter-se às normas. A moral seria: “confie sempre em pessoas e em relações (como nos contos de fadas), nunca em regras gerais ou em leis universais. Sendo assim, tememos (e com justa razão) esbarrar a todo momento com os filhos do rei, se não com o próprio rei” (DaMatta, 1997, p. 216). Essa expressão marca a oposição dialética entre indivíduo (categoria jurídica, política, social, econômica, filosófica) e pessoa, com a prerrogativa de anular o primeiro pela imposição

do segundo. Conforme o sociólogo, nessa característica social, reside o dilema brasileiro. Há a regra universalizante que, supostamente, deveria corrigir as desigualdades, mas que se presta para cristalizá-las. Contraditoriamente, as leis transformam o sistema das relações pessoais em algo mais solidário, eficaz e usual para superar as dificuldades colocadas pela autoridade impessoal legal.

Outro autor que tem uma obra significativa para se entender o Brasil, Raymundo Faoro (2004) defende a tese de que a história brasileira é notadamente marcada pela permanência secular do Estado patrimonial, que assumiu, do modelo capitalista, inúmeras características como, por exemplo, as técnicas e as empresas; porém, jamais pôs em prática seus princípios teóricos. Para Faoro, no Brasil, adaptaram-se as práticas modernizantes, conformando-as às estruturas políticas e sociais do passado. A principal característica da situação de permanência do passado no Brasil é a existência, junto ao núcleo central de poder, do estamento, que, gradativamente, se transforma de aristocrático para burocrático. Inicialmente, houve a apropriação do setor econômico por esse corpo, causando um amálgama do setor público com o privado quando as competências de cada um, ainda, não haviam sido claramente fixadas. Essa fase era característica do domínio patrimonialista pessoal. Com o aperfeiçoamento da estrutura administrativa, a dominação patrimonialista pessoal transformou-se em patrimonialismo estatal e, nesse longo percurso, o estamento sofreu mudanças para se acomodar às novas situações e burocratizar-se, mas sem alterar os seus fundamentos, já que os novos membros adotam os valores impositivos à manutenção do estamento.

Para o autor, o patrimonialismo se adaptou constantemente às novas situações propostas pelo mundo externo e concentrou, no mecanismo estatal, a capacidade de regulamentação e direção material da economia. Nessa sucessão de acontecimentos, o estamento encontrou o ambiente propício ao seu fortalecimento. Conforme Faoro (2004), a situação estamental sobreviveu ao longo do tempo e se profissionalizou, administrando os negócios públicos como se fossem seus e sem representar a nação.

A população tem, ainda, contemporaneamente, sua existência regulada à margem da existência do corpo estamental, aguardando que as emanações do poder, vindas de cima, diminuam seu sofrimento. Sendo assim, sujeitos agem como se fossem súditos que aguardam por mercês do príncipe e pelas políticas de salvação. Cria-se, portanto, um paradoxo que colabora com a manutenção perene do sistema: o povo anseia pela proteção do Estado, convertendo-se em um parasita, ao passo que o Estado, que exerce o controle

estatal, mantém a população em um estado de tutela, deixando-a como que em estado de menoridade.

O BRASIL DE LIMA BARRETO OU QUALQUER SEMELHANÇA COM A REALIDADE NÃO É MERA COINCIDÊNCIA

Lima Barreto (1881-1922) foi jornalista, cronista, contista e romancista, portanto, autor de um universo literário plural e sua materialidade literária não tem data de vencimento, pois diz e rediz o Brasil em sua ambientação histórica; sua literatura constrói o contexto do início da República a partir do cotidiano da capital, o Rio de Janeiro. Sua vida se embaralhava ao conteúdo de suas obras. Crítico mordaz da sociedade e da política brasileira de seu tempo, seus escritos revelam sua personalidade panfletária e militante. Dotado de um senso apurado de contextualização, com tristeza, denunciava as mazelas da nação que começava a ensaiar os primeiros passos de sua autonomia política, especialmente no que se referia ao conflito racial que permeava, de forma acentuada, as relações sociais no Brasil do início da República. Sua rebeldia quixotesca o levou a colecionar inúmeros inimigos e, por conta destes, teve várias portas fechadas que obstaram o desenvolvimento de sua carreira.

Melancólico, amargurado e com um inconformismo que lhe era inerente, sua desilusão com o estado do mundo em que vivia o levou ao vício do álcool e a internações em sanatórios. Aliás, a relação com os alienados foi um fato marcante que acompanhou o autor durante toda sua vida. Quando jovem, viveu com o pai em um manicômio na Ilha do Governador. Contraditório, seus ataques, frequentemente, revelam um recalque de desejos não materializados, desferindo, então, sua pena cáustica contra aqueles que, talvez, julgasse serem as personificações de seus conflitos internos e de seus sonhos não acalentados. Sua atitude ferina lhe rendeu problemas que prejudicaram sua carreira.

Apesar de tudo, Lima Barreto foi um sujeito ciente de sua condição histórica, que apontava com contrariedade para a costumeira adoção dos estrangeirismos no Brasil, como deixam evidente suas obras. De fato, sonhou com um outro país, uma outra república e uma outra sociedade. A contrariedade dessa perspectiva é evidenciada na pena ferina que produziu *Os Bruzundangas*, objeto que será analisado a partir do contexto histórico de sua criação.

Lília Moritz Schwarcz (2012), em seu texto “População e Sociedade”, capítulo que abre a obra *Abertura para o mundo*, por ela coordenada, que conta, ainda, com Hebe

Mattos, Francisco Doratioto, Elias Thomé, entre outros intelectuais, aborda as dicotomias e os conflitos vivenciados no Brasil durante o período de consolidação do regime republicano entre os anos de 1889 e 1930. Nesse contexto, viveu Lima Barreto. O mesmo período serviu, também, de objeto para intelectuais brasileiros que se debruçaram sobre a problemática de produzir uma identidade nacional desde a definição dos elementos que marcariam o que seria sua cultura. Entre estes, há uma ideia partilhada de que a República não consolidara os princípios de liberdade, igualdade e de cidadania, tão aguardados pelos entusiastas do novo regime. Lima Barreto, na introdução de *Os Bruzundangas*, já indicava tais expectativas frustradas de forma melancólica, como vê-se no excerto que segue:

As páginas que se seguem vão revelá-los e eu me dispenso de narrá-los neste curto prefácio. Pobre terra da Bruzundanga! Velha, na sua maior parte, como o planeta, toda a sua missão tem sido criar a vida e a fecundidade para os outros, pois nunca os que dela nasceram, os que nela viveram, os que a amaram e sugaram-lhe o leite, tiveram sossego sobre o seu solo! (Barreto, 1922, p. 2).

O enorme fosso social era dissimulado, sistematicamente, pelas elites brasileiras, no início do século passado. Entre elas, no entanto, havia uma preocupação com a irrupção de conflitos e de manifestações de violência decorrentes dessa realidade. As elites atribuíam esses fenômenos à inadaptação dos imigrantes ao contexto local, à liberdade dada aos negros e ao descontrole das populações que acorriam aos centros urbanos. Os jornais noticiavam prisões por gatunagem, ladroagem, desordem ou anarquismo, revelando os resultados das inadequações de grandes parcelas da sociedade, excluídas por meio das leis e das práticas cotidianas dos grupos privilegiados, que se assenhoravam do Estado e dos recursos econômicos do país. Lima Barreto apontava, também, para esses problemas, mas indicava, como sua causa, justamente, o comportamento dos grupos sociais que oficialmente se sentiam prejudicados com a situação:

Esta dissertação não foi à toa, em se tratando de política e políticos da Bruzundanga, porque estes últimos são em geral casados com moças educadas pelas religiosas e estas fazem a política do país. Com esse apoio forte, apoio que resiste às revoluções, às mudanças de regime, eles tratam, no poder, não de atender as necessidades da população, não de lhes resolver os problemas vitais, mas de enriquecerem e firmarem a situação dos seus descendentes e colaterais. Não há lá homem influente que não tenha, pelo menos, trinta parentes ocupando cargos do Estado; não há lá político influente que não se julgue com direito a deixar para os seus filhos, netos, sobrinhos, primos, gordas pensões

pagas pelo Tesouro da República. No entanto, a terra vive na pobreza; os latifúndios abandonados e indivisos; a população rural, que é a base de todas as nações, oprimida por chefões políticos, inúteis, incapazes de dirigir a coisa mais fácil desta vida. Vive sugada; esfomeada, maltrapilha, macilenta, amarela, para que, na sua capital, algumas centenas de parvos, com títulos altissonantes disso ou daquilo, gozem vencimentos, subsídios, duplicado-se triplicados, afora rendimentos que vêm de outra e qualquer origem, empregando um grande palavreado de quem vai fazer milagres. Um povo desses nunca fará um haro, para obter terras (Barreto, 1922, p. 22).

Nos círculos elitizados, reproduzia-se a representação de um discurso que apontava como origem de todos os problemas a mistura de culturas, valores e de costumes, elementos causadores do desequilíbrio e do descontrole. Instituíam-se, desse modo, um paradoxo: ao mesmo tempo em que circulavam ideias pessimistas a respeito do país, a partir das representações que tomavam o elemento humano como seu fator negativo, concorriam perspectivas entusiásticas a respeito do futuro a partir do progresso. Este último era, principalmente, projetado a partir do processo (excludente de violento) de modernização dos principais centros urbanos. Para acelerar o processo, precipitou-se a adoção de práticas policiais embasadas no *darwinismo* racial e no higienismo os quais apontavam à patologia da miscigenação.

O discurso determinista, racial e geográfico, apontava para os problemas que o país teria de enfrentar devido à composição étnica de sua população. Consoante estudos “científicos”, divulgados nas principais instituições acadêmicas do Brasil nas primeiras décadas do século XX, “a situação nacional” era de preocupação pela entrada de trabalhadores estrangeiros (europeus e orientais) e da convivência com os escravizados. Apesar disso, o problema seria momentâneo, já que o afluxo do elemento branqueador e industrial do imigrante eliminaria gradativamente o estigma da inferioridade racial. Trata-se de uma representação construída pelos intelectuais do período, como demonstrado pelo estudo de Renato Ortiz (2006).

Essas representações surgem claramente nas crônicas de Lima Barreto, especialmente quando este se referia à conduta do Barão de Rio Branco, em que se evidenciava, inclusive, o racismo oficialmente velado pelo Estado, e manifesto nos círculos oficiais, como denunciado por Florestan Fernandes (1972).

Uma das suas quízílias era com os feios e, sobretudo, com os bruzundanguenses de origem javanesa — coisa que equivale aqui aos nossos mulatos. Constituíam o seu pesadelo, o seu desgosto e não julgava os indivíduos dessas duas espécies apresentáveis aos

estrangeiros, constituindo a eles a vergonha da Bruzundanga, no seu secreto entender. Esta preocupação, nele, chegava às raias da obsessão, pois o seu espírito de herói da Bruzundanga não se orientava, no que toca à sua atividade governamental, pelos aspectos sociais e tradicionais do país, não se preocupava em descobrir-lhe o seu destino na civilização por este ou aquele tênue indício a fim de, com mais proveito, auxiliar a marcha de sua pátria pelos anos em fora. Ao contrário: secretamente revoltava-se contra o determinismo de sua história, condicionado pela sua situação geográfica, pelo seu povoamento, pelos seus climas, pelos seus rios, pelos seus acidentes físicos, pela constituição do seu solo, etc.; e desejava muito infantilmente fabricar, no palácio do seu ministério, uma Bruzundanga peralvilha e casquilha, gênero boulevard, sem os javaneses, que incomodavam tanto os estrangeiros e provocavam os remoques dos caricaturistas da República das Planícies, limítrofe, e tida como rival da Bruzundanga. Enfim, ele não era ministro, para felicitar os seus concidadãos, para corrigir-lhe os defeitos em medidas adequadas para acentuar as suas qualidades, para aperfeiçoá-las, para encaminhar melhor a evolução do país, acelerando-a como pudesse; o visconde era ministro para evitar aos estranhos, aos touristes, contratemplos e maus encontros com javaneses. Ele chegou até a preparar uma guerra criminosa para ver se dava cabo destes últimos... (Barreto, 1922, p. 63).

Os problemas sociais, para além da parcela que se atribui às representações produzidas sobre a população brasileira, têm, em grande parte da conta, o caso concreto do desequilíbrio do modelo econômico pautado sobre a predominância do setor agroexportador, que não absorvia as massas trabalhadoras, além de impedir o acesso à propriedade, e uma indústria e setor de serviços que se encontrava em estágio incipiente. Estes últimos eram incapazes, naquele momento, de se apropriar de movimento populacional que afluía aos grandes centros urbanos, expulsos das áreas rurais, e um contingente de imigrantes estrangeiros, que produzia efeitos nos dois polos.

A Bruzundanga, como o Brasil, é um país essencialmente agrícola; e, como o Brasil, pode-se dizer que não tem agricultura. O regime de propriedade agrícola lá, regime de latifúndios com toques feudais, faz que o trabalhador agrícola seja um pária, quase sempre errante de fazenda em fazenda, donde é expulso por dá cá aquela palha, sem garantias de espécie alguma — situação mais agravada ainda pela sua ignorância, pela natureza das culturas, pela politicagem roceira e pela incapacidade e cupidez dos proprietários. [...] Pouco instruídos, apesar de formados, nisto ou naquilo, e sem iniciativa de qualquer natureza, despidos de qualquer sentimento de nobreza e generosidade para com os seus inferiores, mais ávidos de riqueza que o mais feroz taverneiro, pimpãos e arrogantes, as suas fazendas ou usinas são governadas por eles, quando o são, com a dureza e os processos violentos de uma antiga fazenda brasileira de escravos. Todos eles são políticos, senão de destaque, ao menos com influência nos lugares em que têm as suas fazendas agrícolas; e, apoiados na política, fazem o que querem, são

senhores de baração e cutelo, eles ou os seus prepostos. O pária agrícola (chamam lá colono ou caboclo), quando se estabelece nas suas propriedades, tem todas as promessas e todas as garantias verbais. Constrói o seu rancho, que é uma cabana de taipa coberta com o que nós chamamos sapê, e começa a trabalhar para o barão, desta ou daquela maneira. [...] Todos os salários têm subido na Bruzundanga, menos os dos trabalhadores agrícolas. A parte povoada e cultivada do país tem já uma razoável população e talvez suficiente para as suas necessidades, mas, à vista do pouco lucro que os trabalhadores agrícolas tiram do seu suor, em breve deixam-se cair em marasmo, em desânimo, ou vêm a morrer de miséria nas cidades, onde se sentem mais garantidos contra o arbítrio dos fazendeiros e seus prepostos. Como os grandes agricultores e seus parentes são políticos, e deputados, e senadores, e ministros, logo que sentem o êxodo dos naturais, começam a berrar que há falta de braços. Publicam uns fascículos desonestamente otimistas, onde há as maiores hipérboles laudatórias ao clima e à fertilidade da Bruzundanga e atraem emigrantes incautos. [...] Logo se enchem do mesmo desânimo que os seus patrícios mais antigos, na terra, e começam a cair naquele marasmo, naquela apatia, naquela tristeza, que se evola, com um grande apelo à embriaguez sexual, das cantigas populares do país e cobre a roça da Bruzundanga de um sudário impalpável. A manobra dos fazendeiros e outros agricultores é mudar, de quando em quando, a nacionalidade dos emigrantes que vão buscar. Assim, eles conseguem manter o fogo sagrado e ter trabalhadores abnegados (Barreto, 1922, p. 32).

Esses e outros fatores produziram uma conjuntura de carestia e de inflação. Os principais resultados foram a falta de moradia apropriada, situação aliada a uma estrutura insuficiente (por incapacidade e falta de vontade política) de proporcionar qualidade de vida a esses grupos sociais. Havia o evidente contraste entre o perambular de pessoas que viviam na informalidade e a ostentação de uma burguesia ascendente, que utilizava o dinheiro para estabelecer um status diferenciado a partir da posse e do acúmulo de bens materiais. Trata-se de um cenário que os governos tentaram modificar ao promulgarem legislações (novos códigos de postura), as quais coíbiam uma série de atividades e práticas das populações pobres habitantes dos centros urbanos, marginalizando-as ainda mais.

Nesse entremeio, a partir do desencadeamento da Primeira Guerra Mundial, iniciou-se no Brasil o processo de substituição de importações, o que levou à expansão do comércio e da indústria e, com ela, ao surgimento de novas camadas sociais. Esse movimento, que se deu sob a chancela do Estado (de soslaio, a bem da verdade), desencadeou o crescimento de sua intervenção e o conseqüente aumento do funcionalismo público e de assalariados ligados ao sistema administrativo do país. Estimulou-se, assim, um inchaço do aparelho de Estado e a criação de uma diversificada chancela de funcionários públicos, perpetuando a prática monárquica, alvo da ironia dos

escritores e da construção de uma imagem de inépcia, inoperância e ineficácia dos serviços públicos junto à população.

Os que formam diretamente a grande sociedade, são os médicos ricos, os advogados afreguesados, os tabeliães, os políticos, os altos funcionários e os acumuladores de empregos públicos. Por mais que se esforcem, por mais que queiram, semelhantes homens, atarefados dia e noite, nos escritórios, nas repartições, nos tribunais, nos cartórios, na indústria política, não podem ter o repouso de espírito, o ócio mental necessário à contemplação desinteressada e à meditação carinhosa das altas cousas. Limitam-se a pousar sobre elas um olhar ligeiro e apressado; e a preocupação de manter os empregos e fazer render os cartórios, tirar-lhes-á o sossego de espírito para apreciar as grandes manifestações da inteligência humana e da natureza. Pode ser definida a feição geral da sociedade da Bruzundanga com a palavra — medíocre. Vem-lhe isto não de uma incapacidade nativa, mas do contínuo tormento de cavar dinheiro, por meio de empregos e favores governamentais, do sentimento de insegurança de sua própria situação. Em uma sala, se se ouve conversa das senhoras (digo senhoras), a preocupação não é outra, senão saber se fulano será ministro, para dar tal ou qual comissão ao marido ou ao filho. Uma outra criticará tal ou qual pessoa poderosa porque não arranjou para o pai uma concessão qualquer. É assim. Uma tão vulgar preocupação pauta toda a vida intelectual da sociedade bruzundanguense, de modo que, nas salas, nos salões, nas festas, o tema geral dos comensais é a política; são as combinações de senatorias, de governanças, de províncias e quejandos. A política não é aí uma grande cogitação de guiar os nossos destinos; porém, uma vulgar especulação de cargos e propinas (Barreto, 1922, p. 34).

Schwarcz (2012) observa que, durante o processo de construção da República, instituíram-se “dois Brasis”, que conviviam tangencialmente, a partir do esforço pertinaz do Brasil “oficial” desejar a eliminação de seu oposto. Do choque entre uma sociedade patriarcal, conservadora e que se adaptava, ainda, ao fim da escravidão e de um projeto político republicano que buscava colocar em movimento a construção de uma sociedade pautada pelos preceitos de modernidade e de civilidade, o que se processou foi o amálgama de universos distintos oriundo de movimentos de inclusão e de exclusão, avanço tecnológico permeado pela repressão política e social. As peculiaridades desse movimento são representadas de forma extremamente irônica por Lima Barreto, ainda mais quando dirigia sua crítica ao Barão do Rio Branco (representado como o diplomata “Pancôme), desafeto público do autor, e que personificava o que ele mais repudiava em seu país.

Em seguida, convenceu o mandachuva que o país devia ser conhecido na Europa por meio de uma imensa comissão de propaganda e de anúncios nos jornais, cartazes nas ruas, berreiros de *camelots*, letreiros luminosos, nas esquinas e em outros lugares públicos. A sua vontade foi feita; e a curiosa nação, em Paris foi muitas vezes apregoada nos *boulevards* como o último específico de farmácia ou como uma marca de automóveis. Contam-se até engraçadas anedotas. Nos anúncios luminosos, então, a sua imaginação foi fértil. Houve um que ficou célebre e assim rezava: “Bruzundanga, País rico — Café, cacau e borracha. Não há pretos.” [...] Basta dizer, para se avaliar a triste situação interna da extravagante nação de que lhes dou notícias, que, nos arredores da capital, se morria à míngua, à fome, as terras estavam abandonadas e invadidas pelas depredadoras saúvas, a população roceira não tinha direitos nem justiça e vivia à mercê de cúpidos e ferozes senhores de latifúndios, cuja sabedoria agrônômica era igual à dos seus capatazes ou feitores. Mas o povo, graças aos poetas e jornalistas simoníacos, não queria capacitar-se de que Pancôme era simplesmente decorativo e continuou a admirá-lo como um semideus. [...] A sua atrapalhão estava na tal história do concurso, pois até ali, devido a tão tola formalidade, não conseguira ter nos cargos de amanuenses moços bonitos e demais, para fazer concursos, sempre apareciam uns rebarbativos candidatos de raça javanesa, com os quais ele embirrava solenemente (Barreto, 1922, p. 66-67).

No excerto, Barreto também faz uma rápida alusão aos intelectuais brasileiros do início da República. Em sua visão, trata-se de reprodutores de estilos literários que o autor considerava decadentes. Acusava-os, nesse sentido, de falta de originalidade e de subserviência aos modismos estrangeiros, atitude que criticava abertamente e que lhe rendeu muitos desafetos. Pode-se dizer que Barreto vislumbrara aquilo que Roberto Schwarz (1992) denominou como “ideias fora de lugar”. Nesse sentido, apontou para o fato de que a literatura brasileira do período representava os interesses das elites e não trazia à cena um verdadeiro retrato do país.

É sábio, na Bruzundanga, aquele que cita mais autores estrangeiros; e quanto mais de país desconhecido, mais sábio é. Não é, como se podia crer, aquele que assimilou o saber anterior e concorre para aumentá-lo com os seus trabalhos individuais. Não é esse o conceito de sábio que se tem em tal país. Sábido, é aquele que escreve livros com as opiniões dos outros. Houve um que, quando morreu, não se pôde vender-lhe a biblioteca, pois todos os livros estavam mutilados. Ele cortava-lhes as páginas para pregar no papel em que escrevia os trechos que citava e evitar a tarefa maçante de os copiar (Barreto, 1922, p. 77).

Já em sua descrição do cenário político, as crônicas reunidas em *Os Bruzundangas* anteciparam em algumas décadas às conclusões obtidas pelo estudo de Raymundo Faoro (2004) em *Os donos do poder*. A prática conservadora de proteção e manutenção do

estamento é evidente em diversas passagens da obra. Assim como Faoro, Lima Barreto entende que as práticas políticas do Brasil no início da República seriam marcadas por uma separação entre os corpos político e social, sendo que o primeiro se apropria do Estado, a fim de manter seus privilégios à forma de um conluio, excluindo e explorando a população.

É que a vida econômica da Bruzundanga é toda artificial e falsa nas suas bases, vivendo o país de expedientes. Entretanto, o povo só acusa os políticos, isto é, os seus deputados, os seus ministros, o presidente, enfim. O povo tem em parte razão. Os seus políticos são o pessoal mais medíocre que há. Apegam-se a velharias, a cousas estranhas à terra que dirigem, para achar solução às dificuldades do governo. A primeira cousa que um político de lá pensa, quando se guinda às altas posições, é supor que é de carne e sangue diferente do resto da população. O valo de separação entre ele e a população que tem de dirigir faz-se cada vez mais profundo. A nação acaba não mais compreendendo a massa dos dirigentes, não lhe entendendo estes a alma, as necessidades, as qualidades e as possibilidades. Em face de um país com uma população já numerosa em relação ao território ocupado efetivamente — na Bruzundanga, os seus políticos só pedem e proclamam a necessidade de introduzir milhares e milhares de forasteiros. Dessa maneira, em vez de procurarem encaminhar para a riqueza e para o trabalho a população que já está, eles, por meio de capciosas publicações, mentirosas e falsas, atraem para a nação uma multidão de necessitados cuja desilusão, após certo tempo de estadia, mais concorre para o mal-estar do país. Bossuet dizia que o verdadeiro fim da política era fazer os povos felizes; o verdadeiro fim da política dos políticos da Bruzundanga é fazer os povos infelizes (Barreto, 1922, p. 20-21).

Ainda com a mesma temática, pode-se identificar, na forma de a elite se relacionar com a esfera política, os elementos apontados por Roberto da Matta (1997) no rito “você sabe com quem está falando?” já, aqui, referido. A prática é antiga e se perpetua em razão de no Brasil não se discutir oficialmente os privilégios. Isso torna-se impeditivo para que se concretize a aplicação do princípio de igualdade perante a lei. O fato é evidenciado na passagem que possuí, novamente, como ilustração as atitudes do ministro Rio Branco:

Apareceu, porém, um embaixador gordo e autoritário, megalômano e inteligente, o Visconde de Pancôme, que fizeram ministro dos Estrangeiros, e ele transformou tudo. Empossado no ministério, a primeira cousa que fez foi acabar com as leis e regulamentos que governavam o seu departamento. A lei era ele. O novo ministro era muito popular na Bruzundanga; e vinha a sua popularidade do fato de ter obtido do rei da Inglaterra a comenda de Jarreteira para o mandachuva e seus ministros, assim como o Tosão de Ouro da Espanha para os generais e almirantes. Todos os senhores hão de se admirar que tal cousa tenha feito o homem popular. É que os bruzundanguenses

babam-se inteiramente por esse negócio de condecorações e comendas; e, embora cada qual não tivesse recebido uma, eles se julgavam honrados pelo fato do mandachuva, do ministro, dos generais e almirantes terem recebido condecorações tão famosas no mundo inteiro. São assim como nós que temos grande admiração pelo Barão do Rio Branco por ter adjudicado ao Brasil não sei quantos milhares de quilômetros quadrados de terras, embora, em geral, nenhum de nós tenha de seu nem os sete palmos de terra para deitarmos o cadáver (Barreto, 1922, p. 29-30).

Chegando ao termo desta reflexão, contata-se que foi tortuosa e incompleta a trilha de construção do país, o que favoreceu a fossilização de preconceitos e operações pautadas na racialidade. Em seu nascedouro, a República excluiu e limitou o direito à participação de grandes parcelas da população, em um movimento arquitetado com precisão calculada, a fim de dissimular as tensões e, assim, permitir o conservadorismo social e garantir o gozo dos privilégios para os poucos bem-nascidos que se julgavam dignos de receber os benefícios que a pátria poderia proporcionar. Para os demais, uma parte considerável dos atores do país, como negros libertos e imigrantes europeus deslocados de sua operância laboral, restava tentar a sobrevivência buscando criativamente encontrar brechas em que pudessem se posicionar para atenuar a dor do desamparo social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aparentemente, Arte e Ciência são campos excludentes, com a primeira associada à sensibilidade subjetiva e singular, envolvendo a criação de objetos que refletem a genialidade do artista e evocam o pessoal, as paixões e as emoções. Já a Ciência é vista como metódica e objetiva, buscando eliminar os traços humanos por trás da produção do objeto, negando sentimentos, preferências e singularidades. No entanto, ambas são influenciadas pelo contexto histórico e social, representando o mundo fenomenológico e transformando-o em objeto, gerando cultura. Apesar das aparentes diferenças, Arte e Ciência compartilham mais pontos de convergência do que de afastamento.

Isso é evidente no Brasil retratado por Lima Barreto em *Os Bruzundangas*, de maneira irônica, crítica e sarcástica. O autor, como cronista e romancista, baseado em suas próprias experiências, cria um retrato patético e melancólico de um Brasil que, a partir de sua capital (Rio de Janeiro), beneficia apenas uma pequena parcela de sua

população, excluindo e explorando o restante em nome de uma República que tem pouco de realmente pública.

Esse mesmo Brasil também é representado por intelectuais que, ao largo do século XX, debruçaram-se sobre o projeto de definir-lhe uma identidade. São antropólogos, sociólogos, historiadores que atuaram na construção de representações críticas do país, apoiando-se em conceitos e teorias científicas. Literatura e Ciências Humanas, nessa ordem, se cruzam na empreitada de tentar explicar, definir, enfim, construir esse fenômeno histórico, social, político e econômico chamado Brasil, deixando suas marcas indeléveis, e colaborando de forma significativa e incisiva em sua construção.

Algumas das faces mais significativas da sociedade brasileira atual se definiram claramente nas primeiras décadas de existência da República. Suas vicissitudes ainda são latentes e possuem proporções maiores, atualmente, a partir da multiplicação temporal dos focos de tensão. Estas podem ser identificadas a partir do trilhamento do percurso deixado pelos estudiosos que se ocuparam em tentar delinear os contornos desse período histórico. Isso se dá, também, por meio do testemunho ficcional deixado pelos autores que nele estavam imersos e representaram suas nuances. Cita-se, entre elas, a capitalização e a remodelação das cidades, bem como os impedimentos impingidos à maior parte da população, que teve, deliberadamente, boicotada a possibilidade de se tornar cidadã.

Esse contrassenso foi estruturado a partir da canalização das tensões e do estabelecimento de diversos mecanismos de controle social. Entre eles, constam as representações do país, construídas por alguns intelectuais e literatos. Essas representações, por outro lado, foram objeto utilizado por outros autores, que intentaram trazer à luz a situação sociopolítica do país a partir da análise crítica.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Lima. **Os Bruzundangas**. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1922. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4801>. Acesso em: 28 nov. 2020.

DaMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro**. 16. ed. São Paulo: Globo, 2004.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Ed. Difel, 1972.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SCHWARCZ, Lília Moritz. População e Sociedade. *In*: SCHWARCZ, Lília Moritz. **A abertura para o mundo 1889-1930**. Rio de Janeiro: Contexto, 2012. p. 89-115.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades, 1992.